

METODOLOGIAS DE INVESTIGAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

EXPERIÊNCIAS DE PESQUISA
EM CONTEXTOS MOÇAMBICANOS



João Feijó
(COORDENAÇÃO)



ESCOLAR EDITORA



METODOLOGIAS DE INVESTIGAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

EXPERIÊNCIAS DE PESQUISA EM CONTEXTOS MOÇAMBICANOS

João Feijó
(Coordenação)

© Fevereiro, 2017 by Escolar Editora, Editores e Livreiros, Lda.
Av. 24 de Julho n.º 1555, Edifício 24, Loja 07 — Maputo, Moçambique
E-mail: livraria@livescolar.com / editora@escolareditora.com

Coordenação Editorial
João Costa

ISBN 978-989-670-087-4
Depósito Legal n.º 421351/17

Capa
Tiago Oliveira

Paginação
Mário Félix

Impressão e Acabamento
Tipografia Lousanense

Índice

Apresentação dos autores	7
Introdução: da produção sociopolítica de conhecimento às dinâmicas metodológicas	11
Capítulo 1. A ruptura com o senso comum e a produção de conhecimento científico	21
Capítulo 2. Da teoria à investigação empírica – problemas metodológicos gerais	47
Capítulo 3. A recolha de dados por entrevista – procedimentos, potencialidades e limitações	61
Capítulo 4. Instigando (re)acções em grupo – reflexões metodológicas em torno da organização de grupos focais	85
Capítulo 5. Metodologias do sul vs metodologias do norte – narrativas de vida e de identidade em contextos moçambicanos	111
Capítulo 6. Etnografia e etnografados – uma narrativa sobre a experiência de pesquisa de campo no sul de moçambique.	123
Capítulo 7. O detalhe, a excepção e a regra: fazer estudos de caso etnográficos.	147
Capítulo 8. Dinâmicas da pesquisa de arquivo – uma reflexão a partir de moçambique	179
Capítulo 9. Os conteúdos em análise – teorias e práticas da análise de conteúdo.	205
Capítulo 10. O inquérito por questionário: da construção à aplicação.	237

Capítulo 11. O uso da estatística em economia: génese, importância e constrangimentos	254
Capítulo 12. Dimensão política e intencionalidade emancipatória da investigação-acção participativa	273
Capítulo 13. Do DRR ao DPR – uma reflexão sobre um método participativo	297
Capítulo 14. As técnicas de amostragem	311

Apresentação dos autores

António Júnior é licenciado em História pela Universidade Pedagógica de Moçambique e mestre em Economia Agrária e Sociologia Rural pela Universidade A Politécnica. Presentemente é investigador convidado do Observatório do Meio Rural. As suas áreas de interesse relacionam-se com a sociologia e desenvolvimento rural, com políticas agrárias e com processos de reassentamento (antoniojunior1960@yahoo.com.br).

Bruno Reis é doutorado em Ciências Sociais pela Universidade Pontifícia de São Paulo e em Ciências da Comunicação pela Universidad Rey Juan Carlos de Madrid. É docente na Universidade Autónoma de Lisboa e professor convidado no Instituto Universitário da Maia. Lecciona como professor visitante no mestrado de “culturas digitais” da Universidad Autónoma de Querétaro (México). Colabora ainda com a Universidade de Cabo Verde, onde foi coordenador do curso de Ciências Sociais entre 2010 e 2012. Os seus interesses de investigação versam acerca dos consumos mediáticos juvenis e do estudo dos processos de socialização política (breis@ual.pt).

Elísio Macamo tem agregação e doutoramento em Sociologia Geral e Sociologia do Desenvolvimento pela Universidade de Bayreuth, na Alemanha, mestre em Sociologia pela University of North London e mestre em Tradução e Interpretação pela University of Salford, Inglaterra. É professor de estudos africanos na Universidade de Basileia, na Suíça, Director do Centro de Estudos Africanos e Chefe do Departamento de Ciências Sociais da mesma universidade. É co-editor da African Sociological Review, co-editor da African Studies Book Series da editora Brill e membro dos conselhos científicos e editoriais de várias revistas científicas, incluindo DADOS (Revista de Sociologia da Associação Bra-

sileira de Sociologia), Revista Angolana de Sociologia, STICHPROBEN (Revista de Estudos Africanos de Viena, Áustria), Africa Spectrum (Hamburgo, Alemanha), etc. É também membro do Conselho da International African Institute (Londres). As suas áreas de pesquisa incluem o risco e os desastres, a religião, a tecnologia e processos de desenvolvimento. Os seus interesses teóricos estão virados para a sociologia do conhecimento e sua relevância para a metodologia das ciências sociais (elisio.macamo@unibas.ch).

Gerhard Liesegang é doutor em Filosofia pela universidade de Colónia (1967). Desde 1963 que realiza trabalho de investigação em arquivos em Portugal, Moçambique, Grã Bretanha e Alemanha. Entre 1980-86 colaborou com o Arquivo de História de Moçambique num programa de fontes orais e, mais tarde, sobre a história social da guerra. As suas áreas de pesquisa relacionaram-se com a história do Estado de Gaza ao longo do séc. XIX, com a história climática e com a arqueologia histórica. É docente da Universidade Eduardo Mondlane desde 1977, ensinando diversas disciplinas, com destaque para a História de África (gerhard.liesegang@uem.mz).

Isabel Casimiro é doutorada em Sociologia pela Universidade de Coimbra. Feminista, académica e activista, baseada no Centro de Estudos Africanos da Universidade Eduardo Mondlane, Maputo, desde 1980. Os seus trabalhos situam-se na área dos direitos humanos das mulheres, movimentos sociais, de mulheres e feministas; desenvolvimento; governação e democracia participativa. Co-fundadora da WLSA (Women and Law in Southern Africa Research and Education Trust) Regional (1988) e WLSA Moçambique (1990) e fundadora do Departamento de Estudos da Mulher e Género do CEA (1990). Co-fundadora de algumas organizações moçambicanas, entre as quais o Fórum Mulher, MULEIDE, Cruzeiro do Sul – Instituto de Investigação para o Desenvolvimento José Negrão e CESAB (Centro de Estudos Sociais Aquino de Bragança. Entre as suas publicações contam-se artigos de revistas, capítulos de livros e livros em autoria ou co-autoria (isabelmaria.casimiro@gmail.com).

João Carrilho é mestre em Sensoriamento Remoto. Foi Director Nacional do Desenvolvimento Rural, Director do Instituto do Desenvolvimento Rural e Vice-Ministro da Agricultura e Desenvolvimento Rural. É fundador e membro da Direcção do Observatório do Meio Rural e tem diversas publicações sobre a agricultura familiar ou sobre a utilização da terra em Moçambique (jcarrilhoster@gmail.com).

João Feijó é licenciado em Sociologia das Organizações, mestre em Relações Interculturais e Doutor em Estudos Africanos. Tem publicado sobre identidades e representações sociais, relações laborais em Maputo, sobre a presença chinesa em Moçambique e sobre migrações e relações rural-urbanas em Moçambique. É investigador e coordenador do Conselho Técnico do Observatório do Meio Rural (joaofeijo@hotmail.com).

João Mosca é Doutor em Economia Agrária e Sociologia Rural (1993) pela Universidade de Córdoba e agregado em Desenvolvimento Regional pela Universidade de Lisboa, professor catedrático e Director-Executivo do Observatório do Meio Rural. É Investigador Convidado do Centro de Estudos sobre África, Ásia e América Latina (CESA), do Instituto Superior de Economia e Gestão, Universidade de Lisboa. Publica sobre economia agrária, desenvolvimento económico, agrário e rural e sobre políticas públicas (joao.mosca1953@gmail.com).

Jonas Mahumane é licenciado em História pela Universidade Eduardo Mondlane, mestre em Antropologia Social e Cultural pelo Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa e doutorado em Antropologia pelo Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Tem publicações sobre as igrejas zione em Moçambique (jonasmahumane@gmail.com).

Máriam Abbas é licenciada em Economia pela Universidade Politécnica em Maputo, mestre em Economia pelo Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa em Lisboa. Presentemente é docente na Universidade Politécnica e investigadora do Observatório do Meio Rural. As suas áreas de interesse são economia agrária, desenvolvimento agrário e rural, macroeconomia e econometria (mariamabbas1502@gmail.com).

Natacha Bruna é licenciada em Administração e Gestão de Empresas, pela Universidade Politécnica em Maputo. Mestre em Economia pela Universidade Técnica de Lisboa em Portugal. Presentemente é docente na Universidade Politécnica e investigadora do Observatório do Meio Rural. As suas áreas de interesse são agricultura, economia e desenvolvimento regional e grandes projectos (natachabruna89@gmail.com).

Paulo Granjo é doutorado em Antropologia e investigador do Instituto de Ciências Sociais da ULisboa. Foi professor visitante da UEM de 1999 a 2006, tendo desenvolvido até à actualidade estudos em Moçambique, acerca do perigo industrial, lobolo e relações familiares, adivinhação e medicina

tradicional, rituais de limpeza, gémeos e albinos, linchamentos e os motins de Maputo. Autor de 8 livros e várias dezenas de artigos, é Sócio Honorário da AMETRAMO e foi galardoado com o Prémio Sedas Nunes 2007.

Rafica Abdul Razac é licenciada em ensino de Matemática (1991, Universidade Pedagógica), mestre em Gestão de Empresas (2006, ISCTE) e doutoranda em Gestão – Especialidade Métodos Quantitativos (ISCTE). Docente na Universidade Eduardo Mondlane nas disciplinas: Estatística Multivariada, Econometria e Metodologia de Investigação. Áreas de interesse: Econometria – desenvolvimento de modelos dinâmicos (rafica.razac@tvcabo.co.mz).

Sheila Khan é socióloga e é actualmente investigadora do Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais (CICS.NOVA.UMinho). Doutorada em Estudos Étnicos e Culturais pela Universidade de Warwick. Tem, no seu percurso académico, centrado a sua atenção nos estudos pós-coloniais, com especial enfoque nas relações entre Moçambique e Portugal, incluindo a questão dos imigrantes moçambicanos em Portugal. De entre os temas que tem trabalhado inclui-se a história e a literatura moçambicana e portuguesa contemporâneas, narrativas de vida e de identidade a partir do Sul global, autoridades de memória e de pós-memória. É de destacar o seu recente livro, *Portugal a Lápis de Cor: A Sul de uma pós-colonialidade* (Almedina, 2015).

Teles Huo, Mestre em População e Desenvolvimento e Licenciado em História pela Universidade Eduardo Mondlane (UEM). É docente de Metodologias de Investigação e de Métodos de Ensino e de Estudo na Faculdade de Letras e Ciências Sociais e na Faculdade de Economia da UEM. Participou em diversas publicações, é investigador associado do Centro de Estudos Africanos. As suas áreas de interesses estão relacionadas com as dinâmicas de desenvolvimento (políticas económicas e desenvolvimento local, energia, população e desenvolvimento). (teleshu@yahoo.com.br)

Uacitissa Mandamule é licenciada em Administração Pública pela Universidade Eduardo Mondlane, mestre em Ciência Política pela Universidade de Bordéus. Presentemente é docente no Instituto Superior de Administração Pública (ISAP) e investigadora do Observatório do Meio Rural. As suas áreas de interesse relacionam-se com a Terra, Estado e Governação (uacymanda@gmail.com)

Capítulo 7

O detalhe, a exceção e a regra: fazer estudos de caso etnográficos

Paulo Granjo

Em memória de Jaime Zucula

Ouvimos falar com frequência de “estudos de caso”. Contudo, essa expressão assume tantos sentidos diferentes que utilizá-la de forma isolada pode acabar, em rigor, por não querer dizer nada.

Alguns utilizam-na como um indicador da abrangência social da pesquisa, quando não como um sinónimo de *micro*, para apontar uma abordagem de carácter localizado e particular, por oposição a um estudo geral. Não obstante, a delimitação daquilo que é, ou não, um estudo de caso pode ser particularmente variável e surpreendente de acordo com este critério, até porque quase qualquer objecto de estudo pode ser visto como um caso particular de outro tema mais geral.

Outros, entre os quais me incluo, atribuem à expressão um conteúdo sobretudo prático e metodológico. Mesmo assim, contudo, são várias e muito diversas as metodologias que foram desenvolvidas e aplicadas sob esta chancela.

Neste capítulo, concentrar-nos-emos numa delas, nas suas razões de ser epistemológicas e práticas, na forma e cuidados com que deve ser praticada, nas suas potencialidades, dificuldades e limitações.

Trata-se da técnica mais elaborada e reflexiva de desenvolver estudos de caso etnográficos, que recebeu de Max Gluckman a designação de *análise de situação social* e que, após ver ampliada a sua abrangência e complexidade através de estudos posteriores, é referida pelos seus sucessores da chamada Escola de Manchester sob a designação de *extended*

case method.⁵⁸ Aquilo que, afinal, poderíamos designar em português e de forma mais ampla e neutra como *análise situacional*.

As razões da análise situacional

A proposta e legitimação dos estudos de caso de *situação social*, por parte do antropólogo britânico Max Gluckman (1961, 1987), baseou-se em razões tanto de natureza epistemológica, quanto de ordem prática.

Em **termos epistemológicos**, a sua preocupação era afinal semelhante àquela que levou, mais tarde, Edmund Leach a rebelar-se contra o facto de os antropólogos e sociólogos seus contemporâneos se dedicarem a «encaixar os factos do mundo objectivo no quadro de um conjunto de conceitos que foram desenvolvidos *a priori*» (Leach 1974: 49).

Embora Gluckman não tivesse colocado a questão com tanta frontalidade, também nos convida a que revisitemos o mais essencial nas formas como estudamos e como construímos as nossas conclusões. Recorda e salienta que a matéria-prima fundamental do trabalho científico de um antropólogo (ou de qualquer investigador que baseie a sua recolha de dados na observação directa) é aquilo que ele observa na interacção social entre as pessoas. Por outras palavras, são os acontecimentos, os actos, as reacções, as expressões de sentimentos, os silêncios ou as trocas de palavras e como elas são ditas, os comportamentos que as pessoas levam a cabo em circunstâncias específicas e, por vezes, o que nessas ocasiões vestem, o que então comem (ou não) e como o fazem, de quem se aproximam e quem evitam, a quem se aliam e com quem cooperam, quem confrontam ou ignoram. No terreno, não observamos estruturas sociais, sistemas económicos, políticos ou de parentesco, filosofias acerca do mundo e da sociedade nem, muito menos, diagramas ou teorias sociais formalizadas; o que observamos são comportamentos concretos de pessoas concretas em situações concretas, que estarão marcados de forma vivida por tudo isso mas que raramente constituem uma sua expressão explícita, completa ou abstracta.

⁵⁸ Mantere ao longo do capítulo esta expressão no original inglês, por não conhecer nem conseguir eu próprio produzir tentativas de tradução que sejam satisfatórias.

Claro está, a observação não chega, muitas vezes, para fazer sentido daquilo que desconhecíamos e agora observamos. O que suscita a nossa atenção irá normalmente requerer que depois conversemos, façamos perguntas e debatamos respostas com as pessoas que participaram nos acontecimentos que vimos ou, pelo menos, com quem partilhe com elas as mesmas referências sociais e culturais que foram transformadas em actos e comportamentos, naquela ocasião que observámos. O que iremos perguntar ou debater com os nossos interlocutores poderá ter a ver com coisas tão diferentes como os sistemas de organização social, os princípios de racionalidade, as especificidades locais de interpretação do mundo e das relações entre as pessoas e grupos, as regras habitualmente aceites e suas eventuais contradições, a sua manipulação ou a sua subversão. Mas, seja o que for que consideremos importante perguntar, essas perguntas (e a sua pertinência) foram suscitadas por algo que observámos e nos pareceu relevante e significativo; se não tivéssemos visto, ouvido, prestado atenção e reflectido, não estaríamos sequer em condições de formular tais perguntas, mas apenas aquelas que já estivéssemos preparados para fazer antes de experienciarmos o nosso terreno de estudo.

Não obstante, nota Gluckman (1961), este processo de descoberta e de construção do entendimento não era visível na escrita etnográfica do seu tempo, nem em grande medida no processo de elaboração heurística que conduzira a essa escrita. O que era norma em meados do século passado (e que, afinal, continuamos a ler em muitos artigos e livros actuais) era utilizar alguns desses acontecimentos, que tinham constituído o ponto de partida para o nosso conhecimento, como meros exemplos de “ilustração adequada”. O antropólogo ou o sociólogo qualitativista recolhia e registava nos seus cadernos uma grande quantidade de observações e outros dados, recolhia muitas declarações acerca de costumes e rituais e, então, analisava essa grande massa de materiais de forma a abstrair um quadro geral dessa “cultura” ou desse “sistema social”, de acordo com o quadro teórico que partilhava. Depois, ao expor o modelo a que chegara, ia repescar e isolar de entre os seus dados aqueles acontecimentos que eram mais aptos a demonstrar que tinha razão acerca de um determinado costume, princípio organizativo ou regra de relação social. Os casos concretos, de onde tudo partira, viam-se reduzidos ao papel de exemplos ilustrativos de interpretações que, em grande medida, haviam sido construídas à margem deles.

Poderíamos acrescentar, embora o próprio Gluckman não o tivesse feito, que o ponto fundamental que decorre deste argumento não é de carácter meramente processual, nem tão pouco resvala para as ilusões empiricistas que foram profusamente criticadas no âmbito das ciências sociais⁵⁹. A inversão do papel dos dados observados, a sua redução a ilustrações justificativas de modelos abstractos que foram construídos a partir de quadros teóricos definidos *a priori*, não tem apenas um carácter retórico; corresponde a todo um processo de pesquisa em que, tendo substituído as noções do senso comum por outras noções apriorísticas, mas academicamente aceites, o investigador olhou o mundo circundante seleccionando o que via e os sentidos daquilo que observava, em função dos ditames das teorias que usa, encaixou os seus dados – conforme apontou Leach – o melhor que conseguiu no quadro dessas teorias e, depois, utilizou isoladamente os pedaços mais convenientes desses dados para legitimar o modelo a que chegou.

Com este tipo de procedimento, conforme tive oportunidade de desenvolver noutra ocasião (Granjo 2004: 309-320)⁶⁰, o trabalho científico torna-se aparentemente seguro e confortável, mas os riscos que se correm são altíssimos. A escolha e aplicação apriorística de uma determinada teoria incita-nos, desde logo, a focar a atenção nos dados que são para ela pertinentes, correndo o risco de não notar muitos outros, que poderão até ser os mais pertinentes para a compreensão do fenómeno que pretendemos estudar.

Em segundo lugar, iremos utilizar esses dados a que conseguimos dar atenção (sob influência da teoria que escolhemos) para tentar construir uma visão coerente desse fenómeno, à luz dessa teoria. Nesse processo, três coisas podem acontecer. Podemos ter a enorme sorte de a tal teoria ser total e completamente adequada para compreender o tal fenómeno, produzindo nós uma interpretação correcta, mas que apenas confirma a aplicabilidade da teoria naquele contexto, sem que a nossa pesquisa traga nada de efectivamente novo. Podemos, em vez disso, construir uma interpretação coerente e com base em dados que sejam pertinentes para a dinâmica do fenómeno estudado, mas sem que esses dados e princípios explicativos sejam os mais

⁵⁹ Veja-se a esse respeito, por exemplo, Almeida e Pinto (1986).

⁶⁰ Também disponível em, <https://lisboa.academia.edu/PauloGranjo>, com o título “Teoria, tautologia e prática antropológica”.

relevantes para o seu funcionamento e compreensão; corremos então o risco de produzir uma visão pobremente parcelar do nosso objecto de estudo, ou mesmo de o explicar com base em factores marginais (embora coerentes), induzindo-nos a nós e aos outros em erro⁶¹. Corremos, ainda, o risco de fazer um esforço tão empenhado para interpretar os dados à luz da teoria que escolhemos, por pouco que ela seja adequada àquele caso e por muito que os dados a contradigam, que acabemos por conseguir transformar as contradições em coerências e produzir uma explicação adequada à teoria, embora não à realidade observada; estaremos neste caso, sem cabal consciência disso, a cometer uma fraude.

Mas este abuso epistemológico transforma-se também num desperdício, quando atentamos nos **argumentos pragmáticos** adiantados por Max Gluckman. Argumentos que são, na verdade, acerca das razões que permitem que a observação de acontecimentos concretos e situados, sobretudo se conflituais, nos conduza às perguntas certas e à compreensão das estruturas e princípios subjacentes à vida social, no contexto que estudamos.

Se repararmos bem, em nenhum lugar as pessoas passam o seu quotidiano a declamar os princípios de organização da sociedade em que vivem. Por um lado, porque geralmente os aprendemos vivendo-os, não precisando de (nem muitas vezes conseguindo) formalizá-los num todo coerente, estruturado e expositivo. Por outro lado, não os explicitamos porque nem isso é necessário, nem faria sentido. Estando nós a viver e a interagir com pessoas que foram educadas dentro dos mesmos princípios e que, por isso, os (re)conhecem e aplicam como se eles fossem quase uma “ordem natural das coisas”, não é

⁶¹ A título de exemplo (hipotético e quase caricatural), poderíamos pressupor teoricamente que o insucesso escolar deriva da instabilidade familiar. Indo a terreno, na maior parte dos contextos verificaríamos que o insucesso escolar é, de facto, quantitativamente mais significativo entre filhos de pais divorciados (sobretudo se recentemente), concluindo que tínhamos razão no nosso pressuposto teórico. Não obstante, o factor que estudáramos e que apresentávamos como explicação do fenómeno tem nele uma influência muito marginal e reduzida, em comparação com outros factores a que não déramos atenção, por não constarem do nosso quadro teórico. Ao concluirmos que o insucesso escolar se deve ao divórcio, estaríamos a errar, apesar da correlação que tivéssemos provado. E quem nos levasse a sério, tentando diminuir o insucesso escolar através de políticas que estimulassem a estabilidade familiar, estaria também a cometer um erro, por nós induzido.

pertinente nem adequado invocá-los e explicitá-los; é necessário, sim, aplicá-los no nosso comportamento.

Isto quer dizer que, para um observador exterior, socializado de acordo com outros princípios sociais e culturais, aquilo que é mais basilar na sociedade que estuda se encontra oculto aos seus olhos durante os tempos e actividades comuns. Não porque lho queiram esconder, mas porque constitui para as pessoas um não-assunto, no qual não se pensa nem se fala espontaneamente.

No entanto, quando ocorrem acontecimentos particulares mais complexos – porque são comemorativos, porque são excepcionais para quem os vive, ou porque há sentidos a transmitir, problemas a resolver ou situações inusuais com que lidar – aquelas estruturas de organização social, de racionalidade e de interpretação do mundo que as pessoas habitualmente calam, por lhes serem evidentes, tornam-se descortináveis a um olhar exterior, por agora serem aplicadas de forma mais deliberada e enfática.

Sendo os referentes teóricos de Gluckman bem diferentes dos princípios durkheimianos dominantes no seu tempo⁶², que viam no conflito uma doença social (Durkheim, 1991), ele foi também capaz de notar e salientar uma outra potencialidade daquilo a que chamou *situações sociais*: quando elas envolvem e expressam conflitos, o seu efeito revelador torna-se ainda mais forte, porque nessas ocasiões as regras implícitas são interpretadas e manipuladas pelas pessoas em função das motivações e estratégias das partes envolvidas, permitindo que um observador exterior não só as aperceba em maior detalhe, como aceda às fronteiras de ambiguidade e de elasticidade com que elas são vividas por quem as partilha. Essa potencialidade foi, por exemplo, explorada de forma pioneira e com enorme mestria por Victor Turner (1957), na análise de uma sucessão de conflitos ocorridos numa aldeia Ndembu, na Zâmbia.

⁶² Conforme se pode detectar frequentemente nas suas propostas teóricas (notem-se, por exemplo, os princípios que regem o modelo de mudança cultural que propõe no capítulo final de seu ensaio de *situação social* publicado originalmente em 1940) e nos sugerem também os seus interesses temáticos, Max Gluckman tinha uma formação intelectual marxista. Dessa forma, não encarava o conflito como a patologia de um órgão do corpo social que deixara de desempenhar harmoniosamente a sua função (a imagem da visão durkheimiana predominante no seu tempo e contexto académico), mas antes como um fenómeno normal e inerente à diferenciação social, que constituía o principal instrumento de mudança das sociedades.

Dessa forma, regressando ao contraste com a utilização dos acontecimentos observados enquanto “ilustrações adequadas”, se o cientista social não se limitar a utilizar um desses acontecimentos reveladores como um mero exemplo de abstrações que já fez (ou que outros fizeram), mas em vez de isso o observar, descrever a analisar de uma forma **pormenorizada** e que o enquadre naquilo que sabe ou pode perguntar acerca dessa sociedade, não se limita a estudar um caso particular. Pode desocultar e compreender os princípios gerais que servem de base às acções, palavras e atitudes concretas daquelas pessoas e, até, os limites de manipulação desses princípios que são socialmente aceitáveis naquele contexto cultural específico.

Para além de que, não o esqueçamos, passa a poder formular as perguntas pertinentes acerca de aspectos relevantes da organização e acção das pessoas, aspectos esses que seriam invisíveis para quem investiga, a não ser que conhecesse tão bem o terreno que já não se justificasse estudá-lo ou que, por um qualquer golpe de sorte, estivesse a aplicar um quadro teórico que integrasse todos esses aspectos, não podendo nesse caso a pesquisa produzir nada de novo.

Contudo, aproveitar esse enorme potencial que nos é disponibilizado pelos acontecimentos e pela sua observação exige método e disciplina. Tal como exige a afinação do mais valioso instrumento de quem observa: o próprio investigador, na sua capacidade de ver e ouvir, interpretando, de registar tudo o que possa ser relevante e de fazer sentido desses dados.

Essa “afinação” exige tempo e prática; é algo que se aprende fazendo, se possível com apoio. Mas, quanto ao método que enquadre essa práxis e aprendizagem, acredito que este texto possa ser útil.

A regra e a exceção

A primeira pergunta que normalmente ocorre, quando pensamos na prática de observação participante ou de estudos de caso situacionais, é «o que é que se vai observar e registar?» E a resposta mais espontânea costuma ser «tudo». Trata-se, no entanto, de uma resposta errada e enganadora, por duas diferentes ordens de razão.

É enganadora, antes de mais, por **razões cognitivas**. A hipótese de que sentíssemos e processássemos com o nosso cérebro tudo aquilo que, em cada

momento, os nossos órgãos percebem de imagens, sons, cheiros e contactos tácteis é, para além de impossível, assustadora e perigosa. Mesmo imaginando que fosse possível a um qualquer cérebro especial processar toda essa informação simultânea e transformá-la em sensações, seria, por um lado, um martírio sentirmos tudo aquilo que toca na nossa pele e todas as imagens, sons, cheiros e sabores que nos rodeiam e, por outro, não seria de todo plausível que esse cérebro especial tivesse ainda a capacidade de retirar sentido de todos esses estímulos simultâneos e caóticos, sobretudo em tempo útil. Aqueles estímulos sensoriais que podem ser particularmente pertinentes para as acções e reacções **mais essenciais da nossa vida quotidiana e subsistência (por serem indicativos, por exemplo, de potenciais ameaças, da ausência delas, de coisas desejáveis** ou das condições necessárias para nos movermos ou ficarmos quietos) estariam perdidos numa amálgama caótica, na qual não nos poderiam ser úteis. Coisas como atravessar uma rua tornar-se-iam actos quase impossíveis, trazendo em si um risco imediato de morte ou de ferimentos graves.

É por isso que temos que aprender a seleccionar com o nosso cérebro o que vemos e sentimos, especializando-nos em detectar com mais acuidade aqueles aspectos e sinais que poderão ser pertinentes para nós, enquanto indicadores positivos ou negativos, no quadro ecológico e de condições de vida em que existimos⁶³. Essa especialização tem custos, pois perceber determinadas coisas com acuidade e prioridade implica, devido às nossas limitações cognitivas, que relativamente a outras coisas essa acuidade e atenção diminuam, ou mesmo desapareçam – como no caso dos bebés que, tendo a capacidade de identificar individualmente animais de espécies que aos adultos parecem todos iguais, como os lémures, a acabam por perder quando se especializam na diferenciação e identificação dos rostos humanos e no significado das suas expressões, esses sim aspectos relevantes para a sua sociabilidade e subsistência. É também por isso que essas especializações sensoriais se tornam diferentes, consoante são diferentes quer as culturas e contextos ecológicos onde crescemos⁶⁴, quer as nossas condições e experiências de vida. Em última

⁶³ Para um desenvolvimento sintético desta questão e das suas consequências, veja-se Granjo (2014).

⁶⁴ São exemplos clássicos disto a grande quantidade de tonalidades de “branco” que populações árticas conseguem distinguir e consideram diferentes cores, substituída em florestas tro-

instância, cada pessoa vê e sente de forma diferente, cada uma delas vendo e sentindo de uma forma parcelar e limitada.

No essencial (e esta é a segunda ordem de razão que invoquei alguns parágrafos atrás), algo de muito semelhante se passa com a observação de um acontecimento e com a nossa tentativa de o descrevermos e de dele retirarmos um sentido cognoscível.

Já se terá tornado evidente para o leitor que, caso procurássemos registar “tudo” o que ocorresse num determinado evento, esse “tudo” seria – na melhor das hipóteses – apenas aquilo que conseguíssemos perceber e tornar objecto da nossa atenção, num acontecimento em que muitas coisas se desenrolam simultaneamente à nossa volta, nelas intervindo muitas pessoas, de formas diferentes. Mesmo assim, caso tentássemos descrever e analisar aquele limitado “tudo” que conseguíramos apreender, registando e tratando por igual cada coisa observada (independentemente da plausível pertinência e significância de cada uma delas), obteríamos como resultado uma lista infundável e indiferenciada de elementos soltos, de utilidade bastante duvidosa.

Não é assim que deveremos trabalhar e não é assim, na verdade, que observamos e fazemos sentido do mundo à nossa volta. É inevitável que façamos uma **selecção**. De entre aquilo que os nossos sentidos e cérebro são capazes de perceber, também no nosso quotidiano notamos e damos atenção apenas a uma parte. Essa parte corresponde, afinal, a um amplo leque de sinais que a nossa experiência nos levou a fazer esperar que possam, por alguma razão, ser relevantes e pertinentes, sendo essa nossa perspectiva de relevância e pertinência, por seu lado, em grande medida conjuntural. Por exemplo, nós não “vemos” habitualmente as matrículas dos automóveis, mas se algum automóvel quase provoca um acidente ou parece estar envolvido numa actividade perigosa, lemos e recordamos a sua matrícula. Ao empenharmo-nos numa conversa com alguém, estamos atentos às suas expressões faciais e linguagem corporal, o que não é o caso quando nos deslocamos entre pessoas para nós anónimas, num local onde nos sintamos à vontade; não obstante, atentaremos

pícais pela acuidade na distinção de diferentes “verdes” – tonalidades que, em ambos os casos, podem ser indicadores fulcrais para a subsistência ou mesmo sobrevivência imediata. Ambas essas capacidades são, entretanto, acompanhadas de uma menor aptidão para distinguir tonalidades ou mesmo cores de percepção imediata para pessoas de outras áreas geográficas.

de imediato numa expressão agressiva ou de afável reconhecimento por parte de alguém que conosco se cruze nesses contextos “inócuos”, da mesma forma que a nossa atenção aos sinais corporais de todos os que estejam à nossa volta será muito maior, caso o local onde nos desloquemos nos seja desconhecido, ou nos suscite receios.

Numa situação de observação deliberada, como a que ocorre em trabalho de campo, a nossa atenção e acuidade têm que ser domesticadas, ampliadas e ajustadas através de um esforço consciente e direccionado, mas que também se deve submeter aos princípios da pertinência e da relevância que seguimos na nossa vida quotidiana. Isso levanta algumas limitações a que não nos podemos furtar: por um lado, há coisas que nos poderão escapar, devido ao nosso possível desconhecimento de algumas instâncias de pertinência naquele contexto que não é o nosso; por outro, é de esperar que a qualidade da nossa observação dependa do grau de familiaridade que já tenhamos com o nosso contexto de estudo e suas lógicas internas, tornando-se maior à medida que melhor conheçamos o nosso terreno⁶⁵. Mas isso quer também dizer que a contextualização dos dados, posterior à sua recolha, pode vir a assumir uma elevada importância para a própria delimitação e selecção dos mesmos. Isto, tanto para a eliminação de pormenores que se venham a revelar irrelevantes, quanto para a integração de outros que possam ter passado despercebidos – ou porque nos recordemos deles ao procurar compreender outros que registámos, ou porque outros participantes no acontecimento os invoquem, em conversas posteriores.

Entretanto, se o processo de observação e registo de um acontecimento marcante assume toda a complexidade e limitações que tenho vindo a referir, tal não impede que existam em geral alguns **aspectos expectavelmente pertinentes**, que se justifica merecerem da nossa parte uma particular atenção.

Deveremos, antes de mais, ser capazes de identificar (para nós e para os outros) o tipo de acontecimento que observamos e descrevemos, assim

⁶⁵ Pelo contrário, a falsa familiaridade com o terreno que resulta de o considerarmos “a nossa sociedade”, independentemente das diferenças sociais e culturais entre nós e os nosso “objectos de estudo”, exige um esforço complementar de consciencialização e diferenciação entre os nosso referentes culturais e aqueles que são partilhados por quem observamos, para que possamos compreender estes últimos (Granjo, 2004: 295-305).

como a sua relação com a sociedade em que ocorre. Se se trata de um ritual, cerimónia ou celebração, em que ocasiões é suposto realizar-se e que objectivos lhe são atribuídos; se é um conflito, acerca de que é, que expressões assume e em que noções de direitos e de interesses se baseia; se é uma actividade regular ou mesmo inserida na vida quotidiana, com que frequência se repete, quais os objectivos e formas que assume e quais as pessoas que nela participam.

A par da descrição geral mas pormenorizada do evento e da sequência dos seus acontecimentos (o quadro em que tudo se desenrola e que justifica, afinal, a própria análise), o último ponto que referi constitui também um aspecto fulcral. Deveremos sempre atentar em quem participa, em que partes do evento e de que formas, como estão essas pessoas vestidas, que relações – familiares, profissionais, políticas, económicas, religiosas, afectivas, ou outras – as ligam ou opõem entre si, que comportamento assumem e como se relacionam umas com as outras no espaço, quanto às solidariedades e quanto às oposições. Quero com isto dizer em que lugares se colocam ou se movem, assumindo que posições corporais, junto de quem e por que ordem; de quem se aproximam e de quem se afastam; quem fala, o que diz, a quem o diz e por que ordem; quem serve, apoia, estimula ou demonstra solidariedade a quem, a que outros demonstra hostilidade, discordância ou indiferença e de que formas o faz; se se consomem alimentos ou bebidas, quais são eles, quem os fornece, onde é isso feito, quem come ou bebe, de que forma, junto de quem e por que ordem; se ocorrem acusações, ameaças, demonstrações de agressividade, de protesto ou de submissão, quem as expressa a quem e de que formas, quais as diferentes reacções das pessoas presentes...

Podendo parecer exaustiva, esta lista está longe de o ser, da mesma forma que não são necessariamente pertinentes, em cada caso particular, todos os aspectos que dela constam. Se na maior parte dos casos o são, a diversidade de tipos de *situações sociais*, os diferentes contextos em que ocorram e, mesmo, os particularismos que marquem cada caso individual de um mesmo evento num mesmo contexto, podem fazer com que aspectos esperadamente relevantes (como os que enumerei) possam não o ser, enquanto outros imprevistos o sejam. Uma parte daquilo a que devemos prestar maior atenção depende, afinal, do conjunto de conhecimentos que já tenhamos, acerca dos hábitos e *regras* vigentes na sociedade que estudamos.

Em grande medida, é precisamente à **regra** e às formas como ela é vivenciada e operacionalizada pelas pessoas que a análise desses aspectos relevantes nos permitirá aceder. Sublinho (e isto é uma importante mais-valia), não apenas à *regra* social abstracta, mas à diversidade e *nuances* da sua vivência concreta.

Por sua vez, em *situações sociais* que sejam de alguma forma excepcionais quando comparadas com as actividades quotidianas, encontraremos com frequência o que poderíamos designar como quadros de *regras de excepção* que, embora relacionadas com as que são aplicadas nos tempos correntes (através da similitude, da sua transformação, ou mesmo inversão), são diferentes das habituais, mas válidas e esperadas apenas naquele tipo de evento. Essa situação de excepcionalidade regrada é normalmente denunciada por alguns aspectos performativos que deverão chamar a nossa atenção. De facto, nos acontecimentos considerados excepcionais, sejam eles ou não conscientemente ritualizados pelos seus actores, estes necessitam de enfatizar por palavras e actos quer essa excepcionalidade e ruptura com os tempos correntes, quer o sentido daquilo que está a ser feito. Essa marcação de excepcionalidade e de sentidos é quase sempre feita através do recurso a um de dois efeitos expressivos, quando não a ambos em simultâneo: a *repetição* de acções ou declarações, ou a *hipérbole* no que é dito e feito, ou nas consequências que, naquele contexto, sejam atribuídas a um determinado acto. Assim, podemos com alguma segurança assumir que tanto aquilo que se repita de forma aparentemente desnecessária, quanto aquilo que nos pareça exagerado em comparação com o comportamento habitual das pessoas, deverá ser registado e objecto de análise.

No entanto, os dados mais ricos e valiosos para a nossa análise são normalmente aqueles que resultam de comportamentos de **excepção**, ou seja, aqueles que não estejam na observância das *regras* esperadas (tanto das correntes, quanto das aplicáveis à excepcionalidade daquele evento), que as distorçam, manipulem e/ou desafiem, ou mesmo aqueles comportamentos que, à primeira vista, pareçam simplesmente ilógicos. É a partir desses casos que poderemos aceder não apenas àquilo que as *regras* locais sejam suposto ser, mas também às suas ambiguidades, ao espaço de manobra disponível para a sua reinterpretação, manipulação ou mesmo subversão, aos factores que possam potenciar esse espaço e aos limites que lhe possam ser impostos, dentro do que é socialmente aceitável.

Mesmo perante comportamentos que pareçam pouco lógicos ou absurdos, devemos de facto recordar que, ao contrário daquilo que é pressuposto nas teorizações de Levy-Bruhl (1951) acerca de um pretenso pensamento pré-lógico, que foram bastante influentes até terem sido eloquentemente negadas por Claude Levi-Strauss (1962)⁶⁶, todas as sociedades partilham os mesmos princípios lógicos e de racionalidade, mesmo quando estamos perante crenças e hábitos aparentemente irracionais (Sperber 1992). Isso quer também dizer que, ao observarmos acções e palavras, se justifica que estejamos particularmente atentos, registemos e procuremos esclarecer e analisar quaisquer incongruências, contradições ou pormenores que nos pareçam “não bater certo”, mesmo quando não tenhamos plena consciência das razões que nos fazem ter essa sensação de que algo está errado.

A razão é que, assim sendo, será extremamente raro que um comportamento deslocado do contexto, uma incongruência ou uma contradição sejam mero resultado do acaso, de uma idiosincrasia ou de uma limitação intelectual de alguém. É, pelo contrário, de esperar que sejam dados extremamente reveladores, por pretenderem (mesmo quando os seus actores possam não ter plena consciência disso) expressar algo de relevante, de entre um leque de coisas possíveis:

- Uma discordância com a *regra* ou com a posição social que, à luz dela, é atribuída àquela pessoa;

⁶⁶ Num processo tautológico, Levy-Bruhl deduziu da sistemática existência de contradições lógicas nos mitos de todo o mundo que existiria também um *pensamento pré-lógico*, caracterizado pela ausência do princípio da não-contradição e pela subordinação à participação mística de seres de categorias “objectivamente” diferentes, que seria típico de sociedades “inferiores”, numa perspectiva evolucionista. Fechando o círculo auto-referencial, seria a existência desse tipo de pensamento desconhecedor de regras para nós evidentes que justificaria a pululação de contradições lógicas nos mitos. A análise estrutural dos mitos, por parte de Levi-Strauss, vem pelo contrário demonstrar que, para além de os princípios lógicos essenciais serem partilhados por toda a humanidade, a sua aparente subversão nos mitos resulta, ao invés, de elaboradas experimentações acerca deles e das suas combinações, e/ou de efeitos expressivos e comunicativos resultantes da sua manipulação com base na analogia e metáfora, na inversão e na metonímia. O mesmo poderia, aliás, ser dito dos ritos e de muitos comportamentos ritualizados, ou mesmo quotidianos (Leach, 1992).

- a afirmação de uma interpretação inabitual da *regra*, que seja defensável devido a uma ambiguidade existente na mesma;
- uma manipulação da *regra* que permita retirar dela vantagens (ou inverter desvantagens) para a pessoa e/ou o seu grupo;
- a afirmação de uma *excepção estrutural* na submissão à *regra* geral, em virtude de alguma particularidade da posição social da pessoa em causa;
- uma reinterpretação da *regra*, que a adapte a novas condições sociais;
- uma renegociação de parte da *regra* ou dos seus termos;
- uma tentativa de sobrepor àquela *regra* um outro sistema de regras, ou de promover uma síntese sincrética entre ambas;
- uma afirmação de não-acatamento e subversão da *regra*.

Por isso, repito, a inobservância da regra geral, o seu desafio ou a contradição com ela é para nós uma matéria-prima muito mais preciosa do que a observância e a coerência, em virtude daquilo que nos pode revelar tanto acerca dos sentidos investidos no acontecimento que observamos, quanto acerca das formas como a regra é entendida, manipulável ou desafiável. Dessa forma, uma bem-sucedida *análise de situação social*, exercida sobre um caso rico e eloquente, acaba por funcionar como um jogo de vaivém e redescoberta mútua entre a *regra* e a *excepção*, do qual ambas resultam mais clarificadas quanto às suas características, natureza, ambiguidades, limites e margem para subversão e integração.

Convém, contudo, recordar que o nosso objectivo, ao realizar uma *análise de situação social*, não é apenas (nem talvez prioritariamente) compreender aquele caso, mas compreender melhor, a partir dele, a sociedade em que se insere. Não por assumirmos que o caso que estudamos seja representativo da forma como ali ocorrem todos os casos semelhantes, pois nem ele tem que ser habitual, nem os casos mais ricos e esclarecedores costumam ser típicos; antes porque procuramos detectar e aprofundar, no tal jogo entre as expressões de *excepção* e de *regra*, as indicações de como aquela sociedade se pensa e se estrutura, num processo de compreensão que vá para além das declarações de princípios e procure aceder à sua vivência, manipulação e eventual subversão. Mas, para que possamos fazer isso, é necessário que façamos um esforço de **contextualização** daquele caso e do que nele observamos, no quadro mais vasto daquilo que já sabemos acerca daquela sociedade.

Atentemos num exemplo relativamente simples. As celebrações em Moscovo dos 70 anos da vitória soviética sobre a Alemanha nazi apresentaram, segundo nos podemos aperceber pelas fotos e vídeos então publicados, vários traços excepcionais. A decoração da Praça Vermelha durante a parada militar (no resto semelhante ao costume) não era marcada pelo habitual vermelho que corresponde ao Exército Vermelho e à União Soviética cuja vitória era celebrada, mas dominada pelo azul claro, acompanhado por linhas menores de branco e vermelho. Do lado das muralhas do Kremlin, uma grande tribuna oficial, decorada com essas cores, tapava um edifício de tijolo vermelho escuro, em cuja varanda nos habituáramos a ver os líderes locais, durante as grandes celebrações. No lado oposto da praça, um grande painel com a mesma trilogia cromática tapava um enorme edifício e as ruas laterais que o delimitam.

Essas alterações aparentemente insignificantes adquirem, no entanto, todo um outro sentido quando conhecemos e atentamos nalguns dados de contexto. Por exemplo, que as cores da decoração são as da bandeira russa, após a separação da União Soviética; que o edifício junto ao Kremlin é o mausoléu de Lenine, o edifício em frente albergava nos tempos soviéticos os armazéns GUM, que a rua lateral conduz à praça onde se situava a sede do KGB e que esses três edifícios são particularmente icónicos do regime soviético; por fim, que a Rússia estava em conflito com a Ucrânia, segundo maior dos Estados que compunham a União Soviética, numa situação praticamente de guerra não declarada. Com esses dados, podemos compreender o que nos é "dito" através das *excepções* que referi, numa declaração que nada tem de irrelevante: em conflito com a Ucrânia (tão vitoriosa como ela em 1945, no quadro da União Soviética), o governo russo procurou simbolicamente apropriar apenas para o seu novo país essa vitória histórica e marcante, sendo por isso (mais do que para afirmar rupturas de regime político) que tapou com as suas cores nacionais os circundantes ícones da União Soviética, verdadeira vencedora.

É simples descodificar neste exemplo, apenas a partir de alguns dados de contextualização gerais, uma declaração simbólica que também ela era simples e bastante directa. Na maioria dos casos que possamos observar, contudo, só parte do potencial presente nas *situações sociais* com que nos confrontemos poderá ser explorado recorrendo apenas àquilo que já soubermos acerca da sociedade que estudamos e das regras e hábitos que nela imperam. Devere-

mos, por isso, recorrer a um segundo instrumento de contextualização dessa *situação social*: questionar pessoas que nela participaram – a par de outras que com elas partilhem os mesmos referentes culturais – acerca dos sentidos e razões daqueles pormenores que não tenhamos conseguido descodificar, acerca dos quais tenhamos dúvidas ou que, simplesmente, nos pareçam poder ter um significado mais profundo do que aquele que se nos tornou evidente. Com frequência, essas conversas e perguntas irão permitir-nos aprofundar, não apenas os aspectos que questionámos e o caso que estamos a estudar, mas muitas questões mais gerais acerca da sociedade em que ele se insere. Isto porque, nesse momento, passámos a conseguir fazer as “perguntas certas” que antes não estavam ao nosso alcance.

Por fim, é bom que tenhamos consciência de que, conforme já salientava o estimulante epistemólogo Paul Feyerabend (1993), observar, registar, classificar e analisar não são instâncias estanques nem momentos separados; mas convém também estarmos conscientes de que tendemos em grande medida a agir como se essa compartimentação realmente existisse – o que faz com que, embora durante as “anteriores fases” do processo de conhecimento estejamos também a fazer análises, seja apenas quando decidimos parar para reflectir sobre um conjunto de dados que conseguimos analisá-los de forma sistematizada e, até, apercebermo-nos de análises implícitas que antes fizemos acerca deles.

Em razão desta dupla consciência, parece-me avisado que a própria descrição de uma *situação social* não seja estanque para o seu autor, antes a devendo refinar e depurar à medida que aprofunda o seu estudo. Diria que é mais seguro começar por pecar por excesso, escrevendo uma descrição que integre muitos pormenores que provavelmente se possam vir a demonstrar irrelevantes. Isso permite que, durante e em resultado do processo de análise e de contextualização, vários aspectos que teríamos tendência a omitir, por à primeira vista nos parecerem pouco pertinentes, possam pelo contrário vir a revelar-se importantes. Não obstante, uma vez analisados cuidadosamente os dados, não fará muito sentido mantermos para apresentação aos outros essa descrição mais longa, pejada de pormenores que agora sabemos serem irrelevantes. É verdade que, ao efectuarmos essa depuração, não nos limitamos a tornar a nossa descrição mais eloquente, legível e cognoscível; corremos também o risco de eliminar algum elemento acerca de cuja inutilidade estamos

convictos, mas que poderia suscitar a futuros leitores pistas e reflexões. Mas é um risco que, quando decidido com plena honestidade intelectual, me parece justificado correr, a bem da legibilidade do que escrevemos e da paciência dos nossos leitores.

Dois casos de análise de situação social

Chegados a este ponto, parece-me que a melhor forma de tornar os princípios e procedimentos que apresentei menos abstractos e vagos aos olhos de quem esteja pouco familiarizado com este tipo de metodologia é acompanhar, sinteticamente, alguns diferentes casos onde eles foram aplicados.

Aliás, aconselho vivamente qualquer leitor que tenha ficado seduzido para a realização de estudos de caso situacionais a, antes de o fazer, ler atentamente as três obras que passarei a apresentar (e outras que apliquem princípios semelhantes), a fim de apreender como foram feitas e encontrar o seu próprio caminho.

A primeira de que vos falarei é o ensaio de Max Gluckman “**Estudo de uma situação social na Zululândia moderna**” que, em 1940, constituiu o pontapé de saída para a realização de estudos de caso situacionais.

A ocasião em causa é a inauguração de uma ponte cuja construção fora decidida e dirigida pela administração colonial sul-africana (na altura, ainda assumida retoricamente como tal), dando origem a uma infra-estrutura que era consensualmente considerada vantajosa para os habitantes da região, “negros” e “brancos”.

Na primeira parte do seu ensaio, Gluckman começa por descrever a sua viagem até à inauguração, com quem ia e que lugares ocupavam, a par de uma pequena refeição que tomaram – separados em locais diferentes de uma mesma casa, ele e os seus acompanhantes “negros”, numa observância quase automática da não explicitada regra de segregação espacial em função da “raça”, que se irá repetir durante todo o dia.

Descreve em seguida o espaço onde tudo se vai passar, as pessoas que vão chegando (o administrador e diversos europeus com cargos públicos ou posições de notoriedade, o sacerdote anglicano, um alto dignitário do reino zulu e vários conselheiros, pequenos chefes hereditários e residentes locais, vários

européus por vezes vindos de maiores distâncias), quais os espaços onde se agregam, quem se aproxima e quem se afasta de quem, e de que forma.

Conta-nos então a sequência de eventos na cerimónia, quem são os seus protagonistas, de que forma participam, onde se situam espacialmente e como reagem as outras pessoas presentes. Nesta descrição, dá particular atenção ao conteúdo quer do discurso do administrador (expressando, sobretudo, os benefícios da ponte, a boa vontade do Governo e, implicitamente, a visão que tem do seu “papel civilizador” e de criador de progresso), quer do agradecimento do alto dignitário zulu – expressando reconhecimento, mas também distanciamento. Menciona também a bênção cristã da obra inaugurada, acrescentando que uma cerimónia de pedido de bênção aos antepassados foi também realizada mais tarde, pelos zulus, num local um pouco afastado e sob presidência do dignitário real.

Em todos estes momentos, zulus e “brancos” mantêm-se claramente separados no espaço e agregados entre si, à excepção de uma maior mobilidade do sacerdote e do antropólogo que faz a descrição, assim continuando durante o consumo de comida e bebida que se segue. Os europeus concentram-se numa grande tenda de beberetes onde os serviços são os únicos “negros” a entrar, só daí saindo alguns deles e pontualmente, se os seus requisitos profissionais os aconselham a saudar ou conversar com algum indivíduo zulu particular que passe nas imediações; os zulus concentram-se ao ar livre, em torno do local onde o dignitário real se sentou, distribuindo-se de acordo com as regras de precedência e hierarquia que partilham, comendo e bebendo produtos cuja origem nos é indicada e comentando questões de política interna. Esta segregação espacial não é contudo cumprida pelo sacerdote anglicano, que se desloca em direcção à zona onde estão os zulus, sendo recebido num espaço intermédio pelos cristãos que, na ocasião, se afastam dos seus conterrâneos e mantêm com ele demoradas conversas, regressando depois à tenda. Isto, claro está, para além do cirandar de Max Gluckman, cuja conhecida condição de antropólogo e observador o coloca numa situação liminar que lhe confere uma maior liberdade de movimentos, em contraste com as regras comumente seguidas.

Temos assim que, se por um lado observamos nas acções destas pessoas (já antes da institucionalização do *apartheid*)⁶⁷ a recorrente observância e

reiteração de uma *regra* não explícita mas preponderante que prescreve a segregação entre “raças”, observamos também múltiplas e anódinas *excepções* a essa *regra*, consubstanciadas nos *entrecruzamentos* de indivíduos de ambos os grupos, em função dos seus interesses e obrigações profissionais ou de assuntos que tenham a resolver. No entanto (traduzindo Gluckman para o tipo de linguagem que temos vindo a utilizar), essas excepções não constituem subversões da regra mas, pelo contrário, componentes dela que nos permitem esclarecer o seu cabal conteúdo: neste contexto, a segregação espacial não pressupõe nem corresponde a um evitamento relacional. A saudação individualizada e a conversa de ocasião ou negocial antes se tornam, em múltiplos casos e em função das relações preexistentes ou de posicionamentos sociais, obrigações conviviais.

O comportamento do sacerdote anglicano e dos zulus cristãos, entretanto, extravasa os espaços de interacção que são aceitáveis para as restantes pessoas, que não partilham a sua posição relacional. Trata-se de uma *excepção* compreensível e aceite pelos outros, no quadro da *regra* geral, já que do sacerdote se espera algum grau de convívio e manifestação de respeito pelas ovelhas “negras” do seu rebanho e que, por outro lado, os zulus cristãos têm que gerir, consoante as ocasiões conjunturais, uma dupla situação de pertença e de lealdades – enquanto crentes cristãos, para com a sua igreja e representantes, e enquanto “negros” e súbditos zulus, para com o seu grupo “rácico”, as suas obrigações familiares e os seus líderes políticos. Mas isso faz também com que estejamos perante uma excepção que é estrutural na sociedade em causa.

Este grupo surge assim a Gluckman como o signo de uma complexidade de posições e interacções presente na sociedade da então Zululândia, que torna falaciosas as visões dominantes que a procuravam reduzir à mera coexistência compartimentada de dois grupos “rácicos” e culturalmente irreduzíveis, separados por uma hierarquia de poder colonial. Pelo contrário, apesar da rígida hierarquização e tentativa de segregação, estaríamos antes perante dois grupos internamente heterogéneos e mutuamente dependentes, com relações inevitavelmente marcadas quer pela oposição, quer pela cooperação. A própria inauguração da ponte é, aliás, representada como uma celebração dos frutos benéficos que resultariam da cooperação entre os dois grupos e é como tal aceite em termos discursivos por ambas as partes, por muito que pudesse ser outra a perspectiva que os zulus e o seu dignitário real pudessem ter acerca do assunto.

⁶⁷ Este evento ocorre na segunda metade da década de 1930, tendo o *apartheid* sido institucionalizado através de leis discriminatórias apenas em 1948.

Após a descrição analítica do caso, o autor desenvolve o ensaio em mais dois capítulos. Um deles enquadra historicamente a evolução das relações locais entre europeus e zulus, permitindo compreender quer a significância das conclusões retiradas do estudo daquela “situação social”, quer algumas das suas razões. O outro, talvez já abusivo no quadro deste ensaio do autor, por não se sustentar realmente nos seus dados empíricos, constitui uma tentativa pioneira de construir um modelo acerca da adopção ou rejeição de costumes (antigos e internos, ou inovadores e externos), em contextos de forte interacção entre sistemas culturais diferentes, assim como dos factores que serão determinantes nessa adopção ou rejeição.

Independentemente destes desenvolvimentos, a conclusão essencial do estudo de Gluckman decorre de forma directa daquela sua *análise de situação social*: europeus e zulus não constituíam, na Zululândia de então, duas comunidades separadas que pudessem existir e ser estudadas separadamente, mas duas partes diferenciadas de uma mesma comunidade, interdependentes e unidas por profundas, constantes e estruturais relações de oposição, conflito e cooperação. Esta conclusão poderá parecer-nos evidente hoje em dia, mas na verdade foi ela o motivo para que o autor fosse expulso da África do Sul, acabando por ter que fazer a sua tese de doutoramento a partir de trabalho de campo realizado noutro local. A razão foi política; a conclusão e proposta teórica de Gluckman – ao contrário das visões de outros antropólogos anteriores – contradizia e punha a nu os argumentos do discurso político e “científico” dominante, que servia de base à legitimação da segregação “racial” e do futuro *apartheid*.

Acompanhada que foi a primeira concretização de uma *análise de situação social*, proponho-vos que em seguida atentemos num estudo de caso mais actual e correspondente a uma prática com que a maioria dos leitores moçambicanos estará familiarizada. Passe a aparente imodéstia, o meu próprio estudo sobre o *Lobolo em Maputo* (Granjo, 2005).

A descrição começa com o atravessar do bairro maputense do Xipamanine após uma noite de intensa chuva, acompanhado por um irmão do noivo. Chegados, é descrito o *kuphalha*⁶⁸ realizado pela família do noivo, sendo mencio-

⁶⁸ Invocação dos antepassados da família, em que estes são informados do casamento que se pretende realizar e é pedida a sua concordância e protecção para o sucesso da cerimónia e para a vida conjugal do casal. No sul de Moçambique e na África do Sul “lobolo”, ou “lovolo”, designa

nado que esta cerimónia termina com os membros da linhagem a partilharem o vinho branco oferecido aos antepassados, do genealogicamente “mais novo” ao “mais velho”, tendo sido um filho do casal (que já vivia junto há vários anos) o primeiro a beber.

São então identificados os membros da delegação da família do noivo (em que me insiro, na qualidade de “conselheiro”), as suas relações familiares com ele e as pessoas presentes na conferência dos bens acordados para o *lobolo* que, de acordo com as regras, não poderão participar na cerimónia – o noivo, a sua mãe e o seu tio paterno mais velho, que assumiu socialmente o papel de seu pai, por morte deste.

Descreve-se depois a deslocação da delegação através do bairro, até à casa da mãe da noiva, a habitual espera e recepção à porta do quintal, a disposição das delegações de ambas as famílias na sala, as saudações de boas-vindas e de agradecimento por sermos recebidos, a composição da lista de bens previamente acordada para o *lobolo* e a sua revisão por ambas as partes. Apesar da negociação prévia da lista e de esta incluir uma multa pelo nascimento de filhos antes do casamento, ocorreu algo que é uma possibilidade pouco habitual: foi exigida e duramente regateada uma compensação extra, por esse mesmo facto. O episódio aparenta ser, contudo, apenas um interlúdio lúdico e uma forma de enfatizar a elevada importância atribuída à noiva e aos seus filhos, uma vez que acaba por ser acordado o acréscimo de uma garrafa de bebida branca, rapidamente comprada com dinheiro retirado do próprio *lobolo*...

É então descrita a profusa celebração do acordo obtido e como a noiva é então chamada à sala, para confirmar que conhece o pretendente e aceita casar com ele. Chamados os seus pais e sendo-lhe perguntado a quem deve ser entregue aquele dinheiro, tem uma resposta inabitual: indica a sua mãe, em vez de o seu pai. Depois, descrita a distribuição dos vários bens pelos seus destinatários, noto e registo dois comportamentos inesperados, durante as eufóricas apresentações de parabéns aos pais e à noiva: a mãe desta mantém-se

simultaneamente uma *instituição matrimonial* selada pela oferta, pela família do noivo à família da noiva, de bens que constituem uma compensação pelo facto de os filhos resultantes pertencerem à linhagem do pai (em virtude da regra local de descendência patrilinear), a *cerimónia de casamento* em que esses bens são transferidos e a noiva declara a sua aquiescência e o conjunto de bens e dinheiro que são nela ofertados.

sempre carrancuda, apesar da sua conhecida alegria e orgulho pelo facto de a filha estar a realizar o *lobolo*; por sua vez, uma mulher que me informaram ser a actual esposa do pai da noiva mostrava-se a mais efusiva das pessoas presentes, embora a noiva se comportasse de forma ostensivamente seca e distante para com ela e para com o seu pai.

O livro descreve em seguida as peripécias dos episódios de “ver a noiva” e de a vestir com os adereços que para ela foram integrados no *lobolo*, a refeição oferecida pelos donos da casa e o comportamento que nela têm os vários intervenientes e, depois disso, a apresentação, pelos “mais velhos” das famílias envolvidas, dos seus membros presentes na sala.

Conforme os leitores mais conhecedores do assunto terão já suspeitado, pela resposta da noiva à pergunta sobre quem deveria receber o dinheiro do *lobolo*, o seu pai nunca lobolou a sua mãe. Por isso, foram apresentadas umas às outras três diferentes famílias: a do noivo, a do pai da noiva (que, de acordo com as regras, não deveria participar da cerimónia e decisões) e a da mãe da noiva. Esta última não foi apresentada por alguém da linhagem do pai da sua mãe, como seria de esperar, mas pelo irmão da sua avó materna. Por seu lado, de mim, cuja presença constituía em si mesma uma excepção, foi dito textualmente «Este branco é nosso. É amigo do Jaime e conselheiro da família.»

Por fim, é sumariamente descrito o regresso da delegação a casa do noivo, a apresentação do seu relatório aos que ficaram e o meu regresso a casa, aí acabando a descrição resultante de observação directa. Isto porque a minha condição de membro da delegação da família do noivo não permitia que o acompanhasse a ele e aos “cabecais”⁶⁹ na visita feita nessa noite à casa da família da noiva e porque, por outro lado, o noivo havia pressuposto (erradamente) que não seria do meu particular interesse assistir à entrada da noiva na sua casa e ao subsequente *xiguiane*⁷⁰, no dia seguinte.

Não obstante estas lacunas, o caso observado é particularmente rico em excepções e particularismos que abrem a porta ao esclarecimento de aspectos

⁶⁹ Amigos próximos do noivo, que vão louvar as suas qualidades junto da família da agora esposa.

⁷⁰ Visita dos vários ramos das famílias do noivo e da noiva, ofertando ao casal prendas domésticas, normalmente acompanhadas de conselhos das mulheres mais velhas acerca da vida conjugal e da performance sexual.

relevantes desta instituição, aos quais não poderíamos aceder apenas através do conhecimento da *regra* – profusamente afirmada na cerimónia, pelas reiteradas afirmações simbólicas de que estamos perante uma união entre famílias e não entre meros indivíduos. Permitam-me salientar algumas dessas excepções e o significado a que nos permitem aceder:

Antes de mais, a própria presença e relevância, na cerimónia de *lobolo*, do pai da noiva e da sua família requeria esclarecimento pois, não tendo ele lobolado a mãe da noiva, não tinha o direito de participar. É exactamente essa abstracta ausência de direitos que foi reiterada pela noiva, através da *excepcional* entrega do dinheiro do *lobolo* à sua mãe. A explicação reside, no entanto, na motivação que levava o casal a realizar o *lobolo*. O noivo e a noiva consideravam – o que era confirmado pela adivinhação de especialistas *tinyanga*⁷¹ – que as recorrentes dificuldades conjugais, profissionais e de saúde que sentiam eram devidas ao facto de os seus antepassados lhes terem suspenso a devida protecção e «congelado a sorte», em sinal de desagrado pelo seu incumprimento de viverem juntos há vários anos, sem terem regularizado a sua situação perante eles e os vivos, através do *lobolo*. Por essa razão, trabalharam em conjunto para obter e poupar os meios que lhes permitissem efectuar a cerimónia, a fim de, com a sua realização, apaziguarem os antepassados e passarem a receber deles a protecção que mereceriam. No entanto, esse objectivo só poderia ser alcançado se apaziguassem todos os antepassados, incluindo os do pai da noiva, já plausivelmente desagradados por este nunca ter chegado a cumprir as suas obrigações; de contrário, seria deitarem dinheiro à rua. O pai da noiva e a sua família, não obstante, impuseram condições draconianas para participarem, longamente negociadas durante a própria manhã da cerimónia. Acabaram por impor/aceitar receber metade do dinheiro do *lobolo*, o que constituía um evidente abuso à luz das *regras*. É isso também que explica várias excepções comportamentais observadas durante a cerimónia: a cara enganadoramente carrancuda da mãe da noiva era uma expressão de protesto, a frieza da sua filha para com o pai expressava solidariedade com ela e o comportamento histriónico da madrasta foi interpretado pelos presentes como uma forma de apaziguar a vergonha de «levar para casa dinheiro que sabe que não é dela».

⁷¹ “Médicos tradicionais”, ou “curandeiros-adivinhos”.

Por outro lado, a *excepção* de a família da noiva ser apresentada pelo irmão da sua avó materna indicava de forma evidente que não só a sua mãe, mas também a mãe dela, não tinham sido loboladas. O que, por sua vez, nos indica (e pode ser facilmente confirmado por observação e análise estatística, se estivermos despertos para essa questão) que a celebração de *lobolo* ou de outra forma de casamento está muito longe de constituir um pré-requisito generalizado para a vida conjugal, sendo bastante frequente que só se realize muitos anos depois de o casal estar junto, ou nunca se chegando a realizar.

As manifestações pontuais de *excepção à regra* podem também apontar-nos outras exceções mais estruturais. Muito brevemente, recordo-vos que o filho do noivo participou no *kuphalha* que precedeu o *lobolo* dos pais, enquanto membro mais novo da linhagem, sendo também inquestionado e evidente para toda a gente que o noivo pertencesse à linhagem do seu pai, apesar de (acrescento agora) também os seus pais não terem celebrado *lobolo*, mas apenas casamento civil e religioso. A *excepção* aberta para o noivo, face às regras de descendência e sua formalização, é compreensível à do facto de o estatuto de assimilado de que gozava o seu pai no tempo colonial o impedir de celebrar abertamente um *lobolo* – tendo eu verificado que em tais casos as instituições matrimoniais “europeias” tendem a ser toleradas como substitutos válidos em termos de descendência, sobretudo se o homem é socialmente prestigiado, como era o caso. Mas mesmo sendo essa pertença consensualmente aceite, não existia justificação possível para que o seu filho fosse afirmado como um membro da linhagem, antes do *lobolo* que, precisamente, iria legitimar e consignar essa pertença. Essa conjugação de tolerâncias sociais só se torna cabalmente compreensível quando compreendemos que, para além de o noivo ser ele próprio um homem localmente prestigiado, era o herdeiro directo e por primogenitura de uma linhagem real que engloba o último régulo do Xipamanine e, antes disso, régulos locais altos dignitários do império de Gaza. Dessa forma, mesmo numa questão onde seria de prever maior rigidez, como a definição de uma posição linhageira tradicionalmente aristocrática, o prestígio da linhagem e dos indivíduos facilita a reinterpretação e adaptação excepcional das regras tradicionais.⁷²

⁷² Os três parágrafos anteriores pretendem apenas destacar alguns dos casos em que as exceções observadas na situação social em causa conduziram, directamente ou através da

Da situação social ao *extended case method*

As *análises de situação social* propriamente ditas, seguindo o modelo daquelas que acabei de apresentar, não são contudo o único instrumento metodológico que resultou da proposta inicial de Max Gluckman. A sua posterior utilização de uma forma mais alargada – congregando ou diversas situações sociais do mesmo tipo, ou situações sociais diferentes que estejam relacionadas entre si numa sucessão cronológica e em que participem as mesmas pessoas, ou parte delas – foi suscitada por questões de *representatividade*, de *contextualização* e de compreensão da importância que possam ter, numa determinada situação social, as *dinâmicas e mudanças induzidas* por situações sociais passadas.

De facto, uma das questões que tem sido recorrentemente apontada como um aspecto problemático dos estudos de caso etnográficos, quando se trata de utilizá-lo como base para uma análise teórica, é a necessidade e dificuldade de estabelecermos em que medida o caso que foi analisado é típico e representativo da sociedade que se está a estudar.

De certa forma, esse é o mesmo problema que se coloca a outras práticas científicas correntes, como por exemplo a realização de inquéritos quantitativos por amostragem. Neste último caso, foram desenvolvidas técnicas refinadas para legitimar determinadas dimensões de amostra e para as fazer corresponder a uma determinada margem esperada de erro, caso a amostra seja típica – eventualidade cuja probabilidade é também calculada. Não obstante, como todo este refinamento se baseia na teoria das probabilidades (que tem um carácter tendencial e não se aplica a eventos individuais), nada nos pode garantir que uma amostra seja de facto representativa e típica, da mesma forma que nada nos pode garantir que um acontecimento para o qual foi calculada uma elevada probabilidade alguma vez venha a ocorrer, ou que outro com probabilidade extremamente baixa não aconteça, ou mesmo se

suscitar de questões, à clarificação de aspectos relevantes da instituição estudada e da forma como é vivida. Resultando cada uma das conclusões mais relevantes desse estudo (incluindo aquelas que se referem aos temas mais polémicos relacionados com o *lobolo*) da combinação de diversos dados observados com questionamentos posteriores, aconselha-se aos eventuais interessados no tema a consulta do próprio livro.

repita. Dessa forma, a confiança na representatividade de uma amostra e na fiabilidade dos dados que dela resultam baseia-se, afinal, na fé de que aqueles elaborados cálculos resultem na maior parte das vezes, para além de na habitual impossibilidade de verificar se os dados obtidos eram ou não fiáveis e representativos. Na minoria de casos em que a verificação é possível (como nas sondagens, a que se sigam resultados eleitorais reais), as discrepâncias são por vezes muito significativas, embora isso quase nunca ponha em causa a fé no sistema...

Não pretendo, com estas observações, argumentar na linha do tipo de atitudes (erradas, em termos intelectuais e éticos) que ficaram codificadas na linguagem popular através de frases como «com o mal dos outros podemos nós bem», ou «fiz mal, mas todos fazem». Nem pretendo, muito menos, apelar à fé em que tudo corra bem.

Salientei os problemas de representatividade que são inexoravelmente inerentes à aplicação de uma lógica de amostragem – que tende a ser reproduzida de forma quase automática quando pensamos em qualquer tipo de recolha de dados e na sua validade – para, pelo contrário, salientar que não é desse tipo de lógica que aqui se trata. Clyde Mitchel (2006) abordou esta questão de uma forma extensiva e aprofundada, em termos epistemológicos, tendo-a em minha opinião resolvido e aconselhando eu vivamente a sua leitura.

Contudo, num texto que já vai longo, poderíamos colocar o cerne do assunto de uma forma sintética e facilmente compreensível, mais ancorada nas particularidades do método e da sua prática do que em abstrações gerais. Sugiro que essas preocupações com a representatividade de *situações sociais* são desajustadas do método a que se referem (ou, se preferirmos, são neste caso falsas questões), devido a duas ordens de razão de carácter prático:

Por um lado, não conheço nem me parece concebível a realização de *análises de situação social* que não integrem e não se ancoram na *contextualização* do caso estudado dentro do quadro geral da sociedade onde este ocorre. Conforme desenvolvi, essa contextualização não apenas constitui uma condição para a compreensão de parte dos dados observados no caso que se estuda, como pode por vezes fornecer a chave para a compreensão da mensagem central que é veiculada pela situação social que observamos. Mas, paralelamente, esse processo de contextualização constitui inevitavelmente um diálogo entre particular e geral, no qual os eventuais particularismos que sejam potencial-

mente “pouco representativos” são detectados, delimitados, clarificados nos seus sentidos e relativizados dentro do quadro geral que se conhece.

Em segundo lugar, neste quadro, nem é imperioso que a *situação social* estudada seja típica e representativa, nem é sequer necessariamente desejável que o seja. Conforme discuti durante a apresentação deste método e se terá tornado evidente ao acompanharmos o estudo de caso do *Lobolo*, as *situações sociais* que mais se adequam à observância da regra – e que mais tentados seremos a pressupor como típicas – fornecem-nos material analítico menos rico, para a compreensão da regra geral e da sua vivência, da sua plasticidade e subversão, do que aquelas que estão pejudicadas de excepções e particularismos. Dessa forma, uma ideia de representatividade estatística não é um valor em si própria, podendo pelo contrário a falta dela constituir uma mais-valia para a compreensão do geral.

Por outras palavras, absurdo e epistemologicamente inaceitável seria procurar apresentar uma *situação social* específica como se fosse o modelo de todos os eventos similares que ocorram na sociedade em causa; mas igualmente absurdo seria sustentar que os particularismos e excepções presentes num caso específico constituem, no quadro de operacionalização desta metodologia, deformações enganadoras do geral, em vez de vias para o seu aprofundamento e esclarecimento.

Abordadas que estão as questões da contextualização e da representatividade, cabe salientar a importância que podem assumir (e que é expectável que assumam), em cada situação social particular, as dinâmicas e mudanças relacionais que tenham sido induzidas por *situações sociais passadas*.

De facto, em qualquer campo da vida social, nenhum evento presente se desenrola no vazio, numa “folha em branco”. Os seus actores têm um historial de relações passadas, de avaliações e expectativas mútuas, de tipos de confiança ou desconfiança, por vezes de estratégias de favorecimento ou de dano, de cooperação ou de oposição. Os acontecimentos presentes são condicionados por outros já ocorridos – tanto em termos objectivos quanto do efeito das avaliações subjectivas que acerca deles foram feitas pelos actores – nas suas possibilidades de dinâmica, desenvolvimento e desfecho, incluindo no que concerne as posições sociais e condições de acção das pessoas e grupos envolvidos. Se isto é verdade em todos os outros casos, mais relevante se torna quando as *situações sociais* que analisamos correspondem a situações

de conflito, ou de negociação colectiva de decisões que impliquem vantagens e desvantagens para as diferentes partes envolvidas.

Assim sendo, faz todo o sentido e potencia a capacidade analítica dos nossos estudos que, sempre que possível, não analisemos isoladamente uma *situação social*, mas antes sequências delas, que comunguem entre si os mesmos participantes e uma continuidade temática. Estaremos nesse caso a aplicar o *extended case method*.

Também cai sob esta designação a prática de realizarmos análises comparativas de *situações sociais* ocorridas em diferentes locais, dentro do mesmo quadro sociocultural – neste caso, não capitalizando o historial das relações e ocorrências passadas para a compreensão dos eventos presentes, mas potenciando a compreensão da variabilidade e “núcleo duro” de eventos congêneres, o que pode ser mais adequado a alguns tipos de objecto de estudo⁷³.

A diferença prática entre aplicar estas metodologias ou realizar análises de *situações sociais* isoladas é aquela que advém do tipo de novos casos que são agregados. Ou seja, no *extended case method*, cada caso deve idealmente ser tratado com o pormenor e profundidade de uma *situação social*; o que varia é a análise das interacções que são estabelecidas entre eles.

Quando se aborda uma sequência de casos com fundamentalmente os mesmos actores (como no exemplo da obra de Victor Turner que apresentarei em seguida), cada caso antecedente deverá ser tratado como um factor essencial do quadro geral em que se desenrolam os seguintes, condicionando a sua dinâmica e desfecho as condições em que se podem desenrolar os casos subsequentes. Para além disso, torna-se possível e desejável apurar e analisar de uma forma menos conjuntural as estratégias individuais e colectivas dos actores, os constrangimentos que elas enfrentam e contextualizar ambas as coisas no quadro das estruturas e regras gerais.

Quando, por seu lado, os diferentes casos são utilizados para uma abordagem comparativa multi-situada, a expansão do objecto de estudo dá-se fundamentalmente ao nível da delimitação e análise dos aspectos comuns aos vários

casos e da variabilidade destes, assim como para a contextualização dessas variações no quadro das condições locais, conjunturais e gerais em que cada um deles ocorre.

A obra que faz a ponte entre as *análises de situação social* e o chamado *extended case method* – e que, parece-me, só devido a pormenores pouco importantes e ao facto de o seu autor lhe ter então chamado *social drama* não costuma ser simplesmente assumida como a invenção dessa segunda metodologia – é o magistral livro de Victor Turner (1957) *Schism and Continuity in an African Society*.

O objectivo desse estudo é compreender os processos e dinâmicas de continuidade ou cisão das aldeias rurais, numa zona matrilinear e de residência virilocal⁷⁴, na actual Zâmbia. Depois de utilizar uma cuidadosa análise estatística para delimitar quer os intervalos predominantes para a dimensão das aldeias e para a distância genealógica entre os seus habitantes e um antepassado comum (em ambos os casos, valores modestos), quer os casos extremos com valores mais elevados e mais baixos, o autor irá concentrar-se numa única aldeia, onde esses valores se situam na faixa mais alta do intervalo “típico”. Aí, Turner foca o seu trabalho na descrição e análise de uma série daquilo a que chamou *dramas sociais* – ou, se preferirmos, de *situações sociais* conflituais e interligadas entre si quer pela sua sequência cronológica, quer pelos seus intervenientes, quer ainda por, no essencial, cada uma dessas ocasiões de conflito constituir uma variação particular de um mesmo e contínuo conflito. Esse conflito subjacente e perene advém do conspícuo desejo que um homem da segunda geração mais velha – chamado Sandombu – tem de se tornar chefe da aldeia e envolver esta em actividades de agricultura comercial, em contraposição às lealdades de parentesco e desconfianças para com essas ambições que levam outros a contrariar as tentativas de Sandombu.

No espaço deste capítulo, é impossível transmitir sequer uma pálida ideia dos pormenores e diversidade dos dados que Turner descreve e analisa nesse conjunto de casos. Na verdade, apresenta aos seus leitores 7 *dramas sociais*,

⁷³ Utilizando exemplos moçambicanos contemporâneos, faria mais sentido estudar os protestos populares de 2008, 2010 e 2012 como uma sequência cronológica e relacional, ao passo que seria mais adequado estudar os linchamentos periurbanos de uma forma comparativa e multi-situada.

⁷⁴ Na descendência matrilinear, as pessoas pertencem ao grupo linhageiro da sua mãe, avó materna, etc. Com residência virilocal, as mulheres vão viver na aldeia do marido; neste caso, essa é a aldeia da linhagem materna dele, mas onde só os homens e as viúvas residentes a ela pertencem.

4 deles observados *in loco* por si próprio e os restantes reconstruídos a partir da descrição de diversos informantes, espalhando-se essa apresentação por certa de 33 páginas de descrições e diagramas, às quais haveria ainda que somar mais de 60 páginas de análises específicas acerca dos acontecimentos descritos e da sua significação.

Sintetizando muito, a sucessão de conflitos inicia-se com a quebra, por parte de Sandombu, de uma sua obrigação social e política: tendo caçado um animal de médio porte, ficou com a “parte de chefe” para si próprio, oferecendo ao chefe de aldeia (seu tio materno) um pedaço menos nobre do animal, que ele não aceitou. O seu comportamento desrespeitoso e excepcional, em que se afirmava como devendo ser chefe, acabou por desembocar numa discussão entre ambos, em que se ameaçaram mutuamente com feitiçaria. O tio acabou por morrer de doença pouco mais tarde, tendo decidido os aldeões que, embora Sandombu estivesse em posição genealógica para lhe suceder, não deveria ser chefe por ter demonstrado ser um feitiçeiro. Em vez de mudar de geração, a chefia manteve-se naquela em que estava, mudando de sub-linhagem.

Na sequência disso, Sandombu casou com a filha do novo chefe, mas agredia-a com demasiada frequência e violência para o que era localmente aceitável, tendo por alturas de um desses acessos de raiva falecido a sua sogra, após deambulações do genro que suscitaram suspeitas. O nosso trágico herói foi de novo acusado de feitiçaria e expulso da aldeia, onde só viria a regressar depois de um ano e de realizar muitas compensações e rituais que demonstravam a sua boa-fé. Acusações de feitiçaria voltaram a ser várias vezes feitas, contra Sandombu ou pessoas que o apoiavam ou que ele tinha obrigação de apoiar, de cada vez que ele indiciava publicamente a sua vontade de se tornar chefe ou de enriquecer, através da atracção de apoiantes para a criação de uma plantação comercial. Durante estes casos, argumentados com base em “provas” e regras morais localmente vigentes, as pessoas dividiam-se sistematicamente segundo as suas obrigações de parentesco, com pontuais excepções cujas causas são detectáveis. Por fim, Sandombu acabou por criar a plantação comercial que desejava, passando nela grande parte do tempo, acompanhado da sua família mais próxima e de alguns seguidores. Esse facto acabou por ser aproveitado pelo chefe da aldeia e por aspirantes mais discretos à sua sucessão para o saudarem, numa importante ocasião social, pela sua nova condição

de chefe dessa “aldeia” de palhotas provisórias junto à plantação – com isso forçando uma cisão *de jure* da aldeia original e afastando Sandombu da possibilidade de se vir a tornar seu chefe, conforme tão duramente tentara.

As descrições desses 7 *dramas sociais* e respectivas análises espalham-se por 4 diferentes capítulos temáticos bem diversos (“Descendência matrilinear”, “Sucessão matrilinear”, “Cisão das aldeias, escravatura e mudança social” e “Aspectos políticos do parentesco e afinidade”), o que desde logo nos indica a abrangência de questões que os materiais recolhidos por Turner lhe permitiram compreender. Na verdade, para além de encontrar resposta para as suas perguntas de partida, é também a partir desses dados que consubstancia grande parte da compreensão e formalização das regras Ndembu relativas a esses quatro temas. Acessoriamente, desenvolveu com base neles um modelo para as fases e dinâmicas dos conflitos colectivos, que se tem revelado útil no estudo de diversos outros contextos socioculturais.

À parte do ensaio pioneiro de Max Gluckman, este livro de Turner foi a primeira de muitas demonstrações do enorme potencial das *análises de situação social* (agrupadas ou não segundo os princípios do *extended case method*), quando aquilo que pretendemos estudar não é a forma como as estruturas e regras deveriam ser, mas sim a forma como elas são, na prática vivida e mutável das pessoas.

É para essa experimentação e aventura que vos convido.

Referências

- Almeida, J. Ferreira e J. Madureira Pinto. 1986. “Da teoria à investigação empírica. Problemas metodológicos gerais”, in SILVA, A. S. & J. M. PINTO (orgs.) *Metodologia das Ciências Sociais*. Porto, Afrontamento: 55-78
- Burawoy, Michael. 1988. “The extended case method”, *Sociological Theory*, 16 (1): 4-33.
- Durkheim, Émile. 1991 (1893). *De la division du travail social*. Paris, PUF.
- Feyerabend, Paul. 1993. *Contra o Método*. Lisboa, Relógio D'Água, edição revista.
- Garbett, G. Kingsley. 1970. “The analysis of Social Situations”, *Man*, new series, 5 (2): 214-227.

- Glaeser, Andreas. 2005. "An ontology for the ethnographic analysis of social processes – extending the extended-case method", *Social Analysis*, 49 (3): 16-45.
- Gluckman, Max. 1961. "Ethnographic data in British social anthropology", *The Sociological Review*, 9: 5-17.
- Gluckman, Max. 1987 (1940). "Análise de uma situação social na Zululândia moderna", in Bela Feldman-Bianco (org.) *Antropologia das Sociedades Complexas – métodos*. S. Paulo, Global: 227-344.
- Granjo, Paulo. 2004. «*Trabalhamos Sobre um Barril de Pólvora*»: *homens e perigo na refinaria de Sines*. Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.
- Granjo, Paulo. 2005. *Lobolo em Maputo: um velho idioma para novas vivências conjugais*. Porto, Campo das Letras.
- Granjo, Paulo. 2014. "Raça e racismo são coisas que se aprendem", in Granjo et al. *O que é racismo?* Maputo, Escolar Editora: 93-127.
- Leach, Edmund. 1974 (1961). *Repensando a Antropologia*. São Paulo, Perspectiva.
- Leach, Edmund. 1992 (1976). *Cultura e Comunicação*. Lisboa, Edições 70.
- Levi-Strauss, Claude. 1962. *La pensée sauvage*. Paris, Plon.
- Levy-Bruhl, Lucien. 1951 (1910). *Les fonctions mentales dans les sociétés inférieures*. Paris, PUF.
- Kapferer, Bruce. 2005. "Situations, crisis and the anthropology of the concrete – the contribution of Max Gluckman", *Social Analysis*, 49 (3): 85-122.
- Mitchell, Clyde. 2006. "Case and situation analysis", in Evens & Handelmann (eds.) *The Manchester School: Practice and Ethnographic Praxis in Anthropology*. New York, Berghahn: 23-42.
- Sperber, Dan. 1992. *O saber dos antropólogos*. Lisboa, Edições 70: 59-95.
- Turner, Victor. 1957. *Schism and Continuity in an African Society*. Manchester, Manchester University Press.
- Velsen, J. van. 1967. "The extended case method and situational analysis", in A. L. Epstein (ed.) *The craft of social anthropology*. London, Tavistock: 129-149.